

Relatório 2023

Rede Jubileu Sul Brasil

– **Direitos sociais**

+ **Lucros aos ricos**

= **Dívida pública**

Reparações Já!



SUMÁRIO

EDITORIAL	2
QUEM SOMOS	3
PLANO ESTRATÉGICO	5
COORDENAÇÃO NACIONAL	8
EIXOS PRIORITÁRIOS	10
Dívidas, desigualdades e soberania	11
Mulheres e território	14
Comunicação popular	19
Articulação e mobilização social	22
CAMPANHAS	26
Defesa de defensoras e defensores	26
Justiça Socioecológica	27
MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	29
ENTIDADES MEMBRO	31
PERSPECTIVAS DO CAMINHO	33

Editorial

As ações para fortalecer o protagonismo das mulheres e a denúncia sobre as dívidas sociais, a defesa intransigente da democracia, dos direitos humanos e da natureza marcam a atuação da Rede Jubileu Sul Brasil em 2023. No início do ano, logo após a posse do novo governo eleito à Presidência, o país testemunha atos terroristas e tentativa de golpe que exigiram de pronto um posicionamento pelo Estado democrático de direito e a continuidade das lutas contra o fascismo ganham relevância.

O período também foi de incidência nos diferentes níveis governamentais, de articulações para somar forças pela reconstrução do Brasil nas várias esferas após anos seguidos de desmonte e retrocessos, especialmente do orçamento e das políticas públicas tão necessárias à população. Foi ainda de fortalecimento dos processos políticos e formativos, de iniciativas para viabilizar a organização popular, sobretudo a partir das mulheres e seus territórios.

Para além dos muitos desafios da reconstrução política, foi mais um ano de enfrentamento aos impactos e consequências da pandemia de Covid-19, a exemplo da fome e da falta de moradia digna, pois direitos tão básicos como comida, trabalho e teto para viver seguiram distantes para milhões de brasileiras e brasileiros.

Diante desse cenário, mais do que nunca se destaca a relevância de seguirmos com afinco no embate contra uma política econômica que privilegia o sistema de endividamento e o pagamento de juros da dívida pública, que drenam recursos, imprescindíveis à reconstrução do Brasil, direto para os bolsos do setor financeiro, rentista e bancário.

Por isso, seguimos trilhando o caminho da soma de forças, da mobilização e organização popular para recuperar direitos negligenciados, rumo a avanços sociais, econômicos e políticos. Seguimos defendendo e exigindo o fim dessa sangria dos recursos públicos para o pagamento da dívida pública. Assim como o grito por reparações ganha força e novos contrastes na luta territorial.

Para um futuro de bem viver, com garantia de direitos e reparação das dívidas históricas, sociais, financeiras e ambientais, a Rede Jubileu Sul segue olhando o futuro e atuando no presente, a partir dos territórios, sempre na busca por fortalecer o poder popular.

Quem somos

Foto: Flaviana Serafim



Entidades membro e parceiras das redes Jubileu Sul Brasil e Jubileu Sul/Américas em encontro na cidade de São Paulo

A Rede Jubileu Sul Brasil (JSB) é ampla e plural, atua no combate às desigualdades causadas pelo sistema de endividamento, em defesa dos direitos humanos, sociais e da natureza.

Somos 27 organizações membro de diversas regiões do país, numa rede de coletivos, movimentos sociais, populares e ecumênicos, político não partidário; educadoras e educadores, comunidades, militantes, indígenas, mulheres e juventudes do campo e da cidade.

Fazemos parte da Rede Jubileu Sul/Américas, outra rede ampla e plural que atua na América Latina e Caribe em defesa dos povos e da natureza, em todas as suas manifestações e expressões tendo como foco principal o tema do endividamento e as reparações dos países do Sul Global.

Atuamos em unidade, num movimento global pela anulação e repúdio das dívidas externa e interna. Exigimos reparações — financeira, histórica, socioecológica — aos danos causados pelo endividamento, que impactam o desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico dos países da América do Sul e América Central.

A Rede Jubileu atua e se mobiliza contra toda forma de dominação provocada pelo siste-

ma de endividamento. Defende a auditoria integral, o cancelamento e o não pagamento de dívidas ilegítimas que aprofundam desigualdades sociais e ferem os direitos humanos e da natureza.

Articulada no Brasil desde 1998, a Rede Jubileu Sul Brasil nasceu no bojo das campanhas do Jubileu 2000, inspiradas na discussão lançada pelo papa João Paulo II pelo perdão da dívida de países pobres altamente endividados.

Entre os marcos de mais de duas décadas de atuação, realizamos no ano 2000 o Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa; em 2001, um amplo debate pela Auditoria Cidadã da Dívida; em 2002, o plebiscito sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca); em 2005, a Campanha Continental contra a Alca teve uma grande vitória o “enterro do acordo da Alca” em Mar del Plata, Argentina; 2008 a 2010 participou ativamente da Assembleia Popular no Brasil; 2019 a 2023 do processo da 6ª Semana Social Brasileira, convocado pela Comissão Sociotransformadora da CNBB

Seguimos a caminhada construindo as resistências a partir dos povos, corpos e territórios contra o modelo de dominação capitalista, patriarcal, sexista, racista, classista e extrativista, com ações em diferentes níveis: local, estadual, nacional e internacional, sempre em defesa dos direitos humanos, sociais e da natureza. Tendo como elemento propositivo as reparações a todas essas dívidas provocadas pelo sistema de dominação.

Esta publicação não esgota nem comporta todas as ações da Rede Jubileu Sul Brasil ao longo de 2023, mas se constitui como um instrumento que apresenta nossas principais ações, lutas, desafios, resultados e perspectivas.

Planejamento Estratégico

O Plano Estratégico da Rede Jubileu Sul Brasil iniciou um novo ciclo de três anos (2022 - 2025). Para este período estabelecemos:

Missão

Despertar a consciência, a indignação e mobilizar a sociedade sobre a relação entre o sistema econômico e o sistema da dívida, a exploração do meio ambiente, das mulheres e empobrecimento da população, para a defesa e promoção dos direitos dos povos e da natureza, da solidariedade internacional e pela autodeterminação dos povos com justiça social.

Visão

Atuar de forma estratégica e em rede para consolidação e defesa dos direitos econômicos e sociais, sendo referência no debate sobre o sistema da dívida pública, na defesa da democracia e dos direitos humanos, bem como na crítica ao capitalismo e na construção da justiça socioeconômica, e um Estado radicalmente democrático.

Princípios e valores

- Solidariedade;
- Justiça social;
- Equidade;
- Feminismos, com ênfase no feminismo comunitário;
- Ética;
- Educação e comunicação popular e feminista;
- Soberania dos povos e territórios;
- Fortalecimento de coletivos.

Objetivos

1. Tornar o tema da dívida pública e das dívidas sociais mais popular;
2. Ampliar a rede de reflexões e ações em torno da problemática do uso dos recursos públicos;
3. Fortalecer os protagonismos e a participação das mulheres, por meio de processos de formação integral e estratégias de proteção e valorização da vida das mulheres nos territórios;
4. Fortalecer e mobilizar grupos, pessoas, organizações para atuarem nas lutas locais, sobre a relação da dívida, meio ambiente, empobrecimento da população para a defesa e promoção por direitos básicos de saúde, alimentação, moradia, trabalho, renda e participação popular, denunciar as injustiças e desigualdades e exclusão miséria e exclusão, fome e os males causados por este sistema neoliberal, solidariedade aos povos e internacional, passando pelo recorte racial e de gênero;
5. Manter ações de incidência locais, nacionais e internacionais em rede e fortalecer espaços de articulação.

Resultados esperados

1. Redes e organizações envolvidas nas ações do JSB fortalecidas e conquistando maior mobilização social;
2. Lutas fortalecidas nos territórios onde o JSB irradia seus princípios e valores em defesa vida digna;
3. Emenda Constitucional “Teto de Gastos” suprimida;
4. Dívida pública suspensa/auditada, considerando processos de articulação internacional pelo seu cancelamento;
5. Espaços democráticos, de construção de alternativas, espaços de diálogo e troca de experiências fortalecidos através dos saberes locais e da educação popular;
6. Iniciativas de transformação das realidades desiguais implementadas por meio da ação da Rede JSB;
7. Consolidada articulação com outros países da América Latina e Caribe;
8. Empoderamento de mulheres e comunidades, com recorte de gênero e raça, contribuindo para a incidência política, para autonomia econômica e para acabar com o racismo.

Acesse o Plano Estratégico da Rede Jubileu Sul Brasil (2022-2025) integralmente [AQUI](#).

Coordenação Nacional

Foto: Osnilda Lima/Especial para o Jubileu Sul Brasil



Reunião da Coordenação Nacional em Brasília (DF)

A Rede Jubileu Sul Brasil realizou um encontro presencial, de 19 a 21 de março de 2023, em Brasília – DF, para realização da Reunião da Coordenação Nacional. O primeiro dia foi marcado pelas análises de conjuntura das convidadas Virgínia Fontes, filósofa e historiadora, e Romi Bencke, secretária-geral do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic). No segundo dia de reunião da coordenação da Rede Jubileu Sul Brasil, que reuniu representantes das 27 organizações membro, o grupo realizou uma escuta mútua, a partir de duas perguntas motivadoras: quais pontos de destaque da agenda da sua organização em 2023 que convergiram com a agenda Rede Jubileu Sul Brasil? Quais são as prioridades, agendas, ações da sua organização para 2024 que convergem para a agenda da Rede Jubileu Sul Brasil? Nos demais dias, a coordenação discutiu a agenda de ação do próximo período e realizou reuniões no Ministério das Cidades, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas, com o objetivo de dialogar sobre as políticas públicas urgentes e prioritárias na atuação da Rede.

A Coordenação Nacional da Rede Jubileu Sul Brasil continua promovendo reuniões virtuais mensais com caráter formativo, acompanhamento do plano de trabalho e análise da conjuntura. Essa prática não apenas aprofunda questões cruciais para o trabalho da Rede, mas também orienta as ações com base em uma análise contínua do contexto. Essa dinâmica foi mantida ao longo de todo o período abordado neste relatório.

Análises de conjuntura:

Unir para somar sem esquecer o que a história ensina

Desumanização: assim caminha a Humanidade. O que a vida nos pede é coragem!

Democracia ameaçada, ruas esvaziadas e direita avançando: até quando?

Tragédia no Rio Grande do Sul: a culpa não é do clima. Pelo fim das dívidas!

Eixos Prioritários

A Rede Jubileu Sul Brasil atua de forma integrada priorizando cinco eixos: dívidas (socioecológica, cultural, histórica e financeira), desigualdades e soberania; mulheres, direitos e territórios; comunicação popular; articulação e mobilização social; fortalecimento da rede.

Esses eixos estruturantes norteiam nossa ação articulada, cada uma com suas estratégias e objetivos, em vista de transformações que garantam a reparação das dívidas sociais, o cancelamento da dívida pública, o acesso aos direitos fundamentais, o fortalecimento da luta da organização e formação política das mulheres, maior alcance para mobilizações sociais que interessam às entidades membro da Rede, o fortalecimento da democracia, bem como o fortalecimento das organizações membro e parceiras.

Dívidas, desigualdades e soberania

Mulheres, direitos e territórios

Comunicação popular

Articulação e mobilização social

Fortalecimento da rede

Dívidas, desigualdades e soberania

A história da Rede Jubileu Sul nasce a partir da “Campanha Jubileu 2000: Por Um Milênio Sem Dívidas”, lançada no país pelo então Setor Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e inspirada pelo papa João Paulo II, que na virada do milênio escreveu uma mensagem pelo perdão das dívidas dos países pobres altamente endividados, com forte crítica ao escândalo do crescimento das desigualdades que acompanhavam o processo da globalização. O papa defendia que era preciso retirar “o peso da dívida para restabelecer um relacionamento de maior justiça entre as nações, que permita aos países pobres um justo acesso a todos as riquezas materiais e espirituais que pertencem à família das nações”.

Desde então, a Rede Jubileu Sul fortalece e mobiliza o movimento pela anulação e repúdio das dívidas externas e internas que geram o empobrecimento de nossos povos. O avanço dessa reflexão hoje resulta também no entendimento de que é preciso não só cancelar as dívidas financeiras ilegais e injustas, mas também reparar as dívidas histórica, colonial e socioecológica, bem como a todos os danos causados pelo endividamento que impacta o desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico dos países.

Na compreensão da Rede, o endividamento do Estado não tem a ver com gastar mal ou arrecadar pouco. É um sistema que reproduz o capitalismo explorando as nações do Sul global. Isso interfere tanto na economia, nos direitos humanos e sociais, na natureza, quanto na soberania dos países. Por esse mecanismo:

- O Estado transfere recurso público (dos povos!) para pagar dívidas a bancos privados e instituições financeiras internacionais, em vez de investir em saúde, educação, moradia etc.;
- Os empréstimos são concedidos à custa de “ajustes fiscais” ou arcabouços impostos por uma política economia internacional que afeta as políticas públicas, direitos dos povos e territórios;
- Os juros e amortizações perpetuam os pagamentos, mantêm os países num ciclo de novos empréstimos para pagar dívidas anteriores infundáveis.

Sob essa perspectiva, em 2023 realizamos uma série de iniciativas, entre elas, as oficinas territoriais com mulheres nas cidades em que foi realizada a Ação “Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais”, sendo elas: Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP).

As oficinas debateram as dívidas sociais, quais as alternativas e os impactos na vida das mulheres. Os materiais que orientaram essas oficinas se utilizaram da metodologia da educação popular e da cartografia social. Para apoiar esse trabalho foram produzidos uma série de materiais, dentre eles está a série de cartilhas da “Coleção Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais”, disponível na Biblioteca virtual do JSB.

A série de podcast “Lutas em Foco: dívida e reparação”, lançada pela Rede Jubileu Sul Brasil em julho de 2023 e que apoiou esse processo de educação popular ao longo do ano de 2023, tendo em vista que os episódios como o primeiro, que trata sobre a dívida pública, quais suas consequências e como ela funciona e é fomentada por grandes corporações, segue atual. A proposta do programa foi trazer discussões importantes de forma didática e acessível. Abaixo os episódios disponíveis nos tocadores de podcast que foram produzidos.



Links dos episódios da série “Lutas em Foco” no Spotify:

[EP1: Lutas em Foco: Sistema da dívida e manutenção da desigualdade](#)

[EP2: Lutas em Foco: Dívida pública e impacto na vida das mulheres](#)

[EP3: Lutas em Foco: Feminismos, lutas e direitos das mulheres](#)

[EP4: Lutas em Foco: Sobrecarga de trabalho na vida das mulheres](#)

[EP5: Lutas em Foco: Direito à Cidade e violência contra as mulheres](#)

[EP6: Lutas em Foco: Dívidas, ditadura e racismo institucional](#)

[EP7: Lutas em Foco: Racismos, impactos estruturais e ambientais](#)

[EP8: Lutas em Foco: Branquitude e Luta Antirracista](#)

[EP9: Lutas em Foco: Intolerância Religiosa e impactos na democracia](#)

Em outubro, ocorreu a **“Conferência Internacional Soberania Financeira: dívida, exploração e resistências”**, organizada pela Red Jubileo Sur/Américas, que proporcionou o encontro de organizações sociais e populares, ativistas, pessoas do setor acadêmico e comunidades afetadas pelo sistema de endividamento e financeirização, na América Latina e no Caribe. Durante três dias, de 23 a 25 de outubro de 2023, o grupo compartilhou reflexões e discutiu alternativas de soberania, bem viver e defesa dos corpos e territórios na região. Os três dias de evento reuniram cerca de 80 pessoas, de 16 países da América Latina e Caribe, na Casa Cultural do Povo Brasileiro, em São Paulo (SP), entre elas mulheres representantes dos territórios da Ação Mulheres.

Durante a Conferência Internacional, o grupo decidiu elaborar a declaração **“Toda solidariedade ao Haiti”**. A iniciativa foi fortalecida após o ato político que integrou a programação do evento e ocorreu no dia 25 de outubro, no auditório Vladimir Herzog do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), no centro da capital paulista, com a presença de Camille Chalmers, da Plataforma Haitiana para o Desenvolvimento Alternativo – PAPDA e do Comitê **“Defender o Haiti é defender a nós mesmos”**.

Foto: Maythê Coelho



Conferência internacional em São Paulo

Mulheres, direitos e território

Dentro da organização institucional, a Rede Jubileu Sul Brasil mobiliza a “Coletiva de Mulheres”, grupo articulado para refletir, organizar e fortalecer ações coletivas e estratégicas nos territórios, ou de alcance nacional, a fim de promover mudanças que impactem objetivamente no cotidiano da vida das mulheres e fortalecem as lutas por direitos e reparações sociais.

As atividades do eixo Mulheres são estrategicamente planejadas para influenciar diversos espaços institucionais e de articulação, buscando abordar questões emergentes dos territórios para efetuar mudanças tangíveis na vida diária das mulheres.

No ano de 2023, a Rede JSB realizou atividades territoriais com 40 coletivos de mulheres e 16 coletivos de jovens das áreas de ocupação envolvidos com as ações, resultando no surgimento de novas lideranças nas comunidades e novos coletivos que se somaram ao projeto. Como desdobramento dessas atividades, destacamos o engajamento de 42 instituições públicas e o apoio de 29 parlamentares que demonstram a capacidade do projeto em articular diferentes setores para dialogar e mediar conflitos, consolidando-se como uma força de transformação.

O ponto forte da mobilização acontece nos dias 8 de março e 25 de julho. No ano de 2023, a Rede Jubileu Sul mobilizou ações para essas datas por meio de ação digital nas redes sociais e da participação ativa das comunidades em eventos presenciais realizados em cada território.



Mobilização do 8 de março em Fortaleza (CE)

O 8 de março foi especialmente significativo, marcado não apenas por mobilizações essenciais, mas também pela divulgação de materiais produzidos por e para mulheres. Estes incluíram: a Cartilha “Metodologias no trabalho com mulheres”; a revista “A dívida pública

e seu Impacto na vida das mulheres”, o “Manual de Orientação para educadoras que lidam com situações de violência doméstica”; as cartilhas “Direito à moradia e à cidade”, “Moradia, renda e comida no prato”, “Conflitos e regularização fundiária”; um estudo sobre a situação de gênero relacionado aos processos orçamentários e políticas macroeconômicas. Além disso, o dia foi marcado por atividades em memória de defensoras, líderes e figuras públicas cruciais para as lutas das mulheres. Em meio ao aumento da violência contra defensores de direitos humanos e à radicalização do cenário político brasileiro, a Coletiva de Mulheres também proporcionou um espaço de diálogo sobre segurança entre as ativistas.

Em 2023, a Ação Mulheres apoiou iniciativas de geração de renda nos territórios de atuação, como é o caso da *Cozinha Produtiva Ocupação Vito Giannotti*, no Rio de Janeiro (RJ); do *Apoio a Projetos Socioeconômicos Autogestionários*, em Salvador (BA); do *Tecendo uma Vida Nova: Ateliê de Reativação de Talentos*, em Porto Alegre (RS); do projeto *Resistir e Transformar a partir da Organização das Mulheres*, de Manaus (AM); além do *Mulheres Fortalecendo o Território na Perspectiva da Segurança Alimentar e Economia Solidária*, em Belo Horizonte (MG); e dos *Grupos produtivos do Ceará*, em Fortaleza (CE).

Durante o ano de 2023, uma série de sessões formativas foi conduzida para as mulheres que fazem parte das iniciativas da Rede JSB, bem como para as organizações membros. Essas reuniões ocorreram principalmente de forma virtual, permitindo a participação de todas as envolvidas. Os temas abordados são de extrema relevância para o trabalho geral da Rede. As atividades formativas realizadas, que contaram com a presença de ao menos uma representante de cada território da Ação Mulheres, foram:

- **Formação com multiplicadoras territoriais**, em 28 de março, para socialização e partilha de acordos importantes para o trabalho no projeto;
- **Formação com as Sistematizadora**, em 30 de março, para apresentação do roteiro a ser preenchido pelas sistematizadoras em cada atividade do projeto e partilha sobre dificuldades e desafios do trabalho;
- **Rodada de oficinas presenciais sobre plano de resposta**, que foram desenvolvidos em todos os territórios da ação, realizadas durante o mês de abril;
- **Encontro sobre Grupos Produtivos** com assessoria da organização Capina, realizado em 11 de abril, que abordou as ferramentas: estudo de viabilidade econômica, pesquisa de mercado participativa, plano de sustentabilidade;
- **Encontro nacional sobre juventudes**, realizado em 18 de abril, que contou com a assessoria da organização Cajueiro, e debateu sobre a pluralidade e os desafios do trabalho com juventudes nos territórios;
- **Encontro virtual sobre a Cartilha 5**, no dia 27 de abril, que debateu o papel e o protagonismo da mulher nos espaços políticos e de tomada de decisão;
- **Encontro virtual sobre a Cartilha 6**, que ocorreu no dia 2 de maio, e discutiu sobre o orçamento público, a dívida pública e o seu impacto na vida das mulheres;
- **Formação com Arte Educadoras**, realizada no dia 10 de maio e que abordou os desafios e sentires das Arte-Educadoras com o trabalho com crianças e adolescentes nos territórios;

- **Formação com as assessorias jurídicas**, em 7 de junho, que falou sobre as intervenções realizadas nos territórios, quais desafios e quais conquistas que já foram possíveis através da apresentação de casos concretos;
- **Formação com mobilizadoras territoriais sobre trabalho de base**, que foi realizada no dia 3 de junho;
- **Formação com as sistematizadoras** sobre a importância da capacidade de ouvir e comunicação não-violenta, que foi realizada no dia 24 de agosto e contou com a assessoria da STUDO Consultoria;
- **Formação sobre Economia Popular Solidária**, realizada em Salvador – Bahia, com a presença de todos os territórios, nos dias 16 e 17 de agosto. A oficina dialogou sobre os princípios e práticas da Economia Popular Solidária, a partir dos acúmulos e experiências dos empreendimentos econômico solidários, refletir caminhos que possibilitem o fortalecimento produtivo, de geração de renda e de organização comunitária das mulheres articuladas pelo projeto Ação “Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais”.

Destacamos também o Encontro Nacional de Monitoramento, Avaliação e Continuidade da Ação Mulheres, realizado nos dias 9 e 10 de outubro de 2023, no Ipiranga, Zona Sul da capital paulista. O encontro reuniu a equipe da Ação “Mulheres por reparação das dívidas sociais” para apresentar os resultados, os desafios e perspectivas nos territórios de Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

Foto: Flaviana Serafim



Encontro Nacional da Ação Mulheres

2023 em números

Total de beneficiários diretos em 2023:
870 mulheres e jovens

Beneficiários indiretos estimados:
4.350 pessoas¹

Alcance virtual:
107.758 pessoas

Interações nas redes sociais:
12.414

Ao todo foram, 40 coletivos de mulheres e 16 coletivos de jovens das áreas de ocupação envolvidos com as ações neste período.

Produção de conteúdos

Para fomentar momentos formativos e oferecer conteúdos com informações necessárias e seguras, especialmente para as mulheres, a Rede Jubileu Sul Brasil produziu uma série de conteúdos como matérias jornalísticas, séries de podcast e videocast, revista e cartilhas.

A ideia é que os conteúdos possam ser utilizados nos encontros presenciais, distribuídos via aplicativos de mensagens e também compartilhados nas redes sociais.

Em 2023, a Rede JSB propôs novos materiais que foram de extrema importância no trajeto do projeto até aqui e na construção do eixo Mulheres. Esses materiais são utilizados pelas equipes nacional e territoriais, e servem de suporte para engajamento e protagonismo das mulheres envolvidas.

- Cartilha 6 - Como o orçamento e a dívida pública afetam a vida das mulheres? Nesta cartilha, foram explorados tópicos cruciais, incluindo dívida pública e endividamento estatal, dívida social e a relevância da supervisão da dívida como um princípio soberano, e orçamento público. O conteúdo abrangeu diversos tipos de orçamento, a significância do planejamento na administração pública, o ciclo orçamentário com seus

¹ Considerando as famílias das beneficiárias diretas, sendo cada família com média de 5 pessoas, excluindo-se as próprias beneficiárias.

prazos de apresentação, e demonstrou como a população pode se envolver nesse diálogo e impactar a realidade de seus próprios territórios.

- A Rede Jubileu Sul Brasil também elaborou e lançou em agosto/2023, a publicação “Manual para lideranças populares com atuação em realidades de violação dos direitos humanos”, que disponibiliza orientações a respeito de leis e medidas que protegem mulheres, pessoas pretas, povos originários e tradicionais e a comunidade LGBTQIAPN+.
- A Rede Jubileu Sul lançou em setembro a publicação “Cartografia Social: ferramenta para transformação social”, que motiva um olhar comunitário, feminista e propositivo dos mapas, antes controlados por agências governamentais e empresas multinacionais.
- Em abril, foi lançado o caderno com os textos do “II Seminário Internacional sobre Soberania Energética, Integração Elétrica e Gestão Pública para o Bem Viver”. Com artigo de especialistas da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e Paraguai, a publicação traz reflexões sobre soberania energética e as privatizações na região; conflitos armados, crise climática e populações afetadas; hidrogênio “verde” e luta antinuclear; impactos das barragens e a futura Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).
- Em setembro, um cartaz-mural e adesivos sobre o processo de endividamento e a dívida pública. O material traz informações a respeito do percurso histórico e político da dívida pública brasileira e quer ser uma provocação para estimular a reflexão sobre o tema sempre tão restrito a economistas e noticiários, mas que precisam ganhar todos os espaços de articulação popular. A ideia é que o cartaz-mural seja afixado em espaços de circulação popular, organizações sociais, grupos de mulheres, sindicatos, associações, salas de encontro e reuniões, para despertar o interesse pelo tema, provocar a mobilização popular para a participação e incidência na luta para a superação das dívidas sociais, e reflexão sobre os caminhos do sistema da dívida pública, que sempre favorece os ricos, por meio do sistema financeiro.



Ampliação de espaços formativos com crianças, adolescentes e jovens

Após ouvir atentamente as necessidades das mulheres nos territórios e entender coletivamente a relevância de trabalhar com crianças, adolescentes e jovens, a Rede Jubileu Sul Brasil iniciou esta iniciativa. Em anos anteriores, atividades específicas já haviam sido realizadas com esse grupo, principalmente focando na mobilização social, conscientização sobre direitos e ecologia.

Durante o ano de 2023, o processo educativo com crianças, adolescentes e jovens continuou com sucesso. O objetivo é estabelecer espaços seguros, conhecidos como “Cirandinhas”, onde as mães e os cuidadores podem participar das atividades promovidas pela Rede, enquanto também proporcionam oportunidades para refletir sobre as realidades locais dos territórios, do ponto de vista desses jovens.

As “Cirandinhas” são facilitadas por arte educadores, que utilizam métodos criativos e populares para sensibilização e formação no contexto do cuidado. Durante essas sessões, o foco é conscientizar, de forma lúdica, sobre direitos essenciais, como acesso a espaços seguros e saudáveis para brincar, proximidade com a natureza, mobilidade garantida com transporte público confiável e opções de rotas acessíveis para caminhadas, entre outros aspectos cruciais para o desenvolvimento pleno dessas crianças e jovens.



Oficina de fanzine na ocupação Quilombo da Gamboa (RJ)

Em julho, a Rede Jubileu Sul Brasil, em parceria com o SEFRAS organizou uma oficina de comunicação popular, com produção de fanzine que teve a ampla participação de crianças e adolescentes.

Neste período destacamos ainda a caminhada realizada no dia 13 de julho, que marcou a comemoração do 33º aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, em Salvador, com a participação de crianças, adolescentes, seus familiares e educadoras dos territórios apoiados pela Rede.

“Essa caminhada é importante para todos nós porque temos que ter direito de ir e vir com segurança, temos que ter áreas de lazer, uma pracinha que possamos brincar com segurança. Precisamos de segurança tanto nas ruas como também nas escolas. Precisamos também de pessoas com quem possamos conversar, nos escutar.”

- Evelin Vitória, adolescente de 14 anos que vive no território de Valéria, comunidade apoiada pelo Jubileu Sul Brasil.

Comunicação popular

A comunicação integra a estratégia de mobilização social e incidência política da Rede JSB, em vista da integração e fortalecimento das nossas organizações membro, rumo aos nossos objetivos comuns: o cancelamento das dívidas ilegítimas, e a construção coletiva e democrática de um projeto popular para o Brasil e para o bem viver dos povos.

Lutamos por uma comunicação orientada para a defesa da vida, comprometida com a verdade e com o direito à informação. Acreditamos na comunicação popular, participativa e

emancipatória, sempre com uma abordagem inclusiva, contra-hegemônica e anti-patriarcal.

Reconhecemos os processos de comunicação como uma das principais estratégias na resistência e luta contra o sistema de dominação capitalista, contra o racismo, o imperialismo, a misoginia, o preconceito, a lgbtfobia, o machismo e todas as formas de violência.

As lutas dos povos, das mulheres e das comunidades ancestrais são a grande e principal escola para nossos processos de comunicação, bem como para pensar e construir diferentes formas de comunicar a partir de paradigmas críticos dos modelos capitalistas e heteronormativos.

A Rede Jubileu Sul Brasil também se ocupa com a formação de grupos e pessoas, especialmente mulheres, no campo da comunicação, com o objetivo de contribuir para a descolonização do conhecimento e da informação, e a valorização dos saberes construídos nas comunidades, desconstruindo o modelo comunicacional hegemônico que inviabiliza, enfraquece e até mesmo mata culturas, saberes, povos, corpos e territórios.

Entre as estratégias de comunicação está o site institucional. Durante o ápice da pandemia de Covid-19 (2020-2021), este espaço se tornou mais central por possibilitar a articulação entre as entidade membro da Rede e instituições parceiras, dar visibilidade para as ações e iniciativas como formações, publicações, notas, reportagens, análise de conjuntura, podcast, videocast entre outros.

Total de sessões no site			
2020	2021	2022	2023
47.624	96.935	68.193	10.310

Além de fomentar e organizar momentos formativos online na área da comunicação como estratégia de fortalecimento da cultura da comunicação, a nossa presença nas redes sociais também se constitui como estratégia prioritária.

Alcance nas redes sociais			
2020	2021	2022	2023
156.279	193.316	127.566	107.758

Os dados reúnem a soma dos acessos no Facebook, Instagram e Twitter.

Acessos no YouTube				
Ano	2020	2021	2022	2023
Visualizações	2.355	8.683	4.827	2.593
Impressões	23.249	113.043	58.047	27.191

Destaques do alcance no YouTube (2020-2023)

Transmissões cruzadas: 42.276

Curso "Luta de Classes e Financeirização: o papel da dívida: 29.787

Produção audiovisual: conteúdos próprios: 18.065

Curso Popular de Economia Política: 8.915

Série de videocast e documentário “Ação Mulheres”: 5.124

Em março de 2023, a pedagoga Cícera da Silva Martins, moradora do Planalto Pici, em Fortaleza, e liderança da luta por moradia digna e políticas sociais às comunidades da capital cearense, deu uma entrevista para a edição de março Revista Casa Comum, de iniciativa do Sefras – Ação Social Franciscana, organização membro da Rede Jubileu Sul Brasil. Cícera integra o Movimento dos Conselhos Populares (MCP), membro da Rede e parceiro local da Ação “Mulheres por reparação das dívidas sociais”, e sua fala compôs a reportagem que destaca a atuação de “Defensoras invisíveis: mulheres que atuam em seus territórios pelos direitos humanos e da terra”, parte da série *Mulheres que cuidam da Casa Comum*.

No mês de junho, a Rede Jubileu Sul Brasil organizou uma oficina de comunicação institucional com comunicadoras populares que atuam nos territórios envolvidos na Ação Mulheres. A atividade foi conduzida pela assistente de comunicação Flaviana Serafim e abordou como utilizar as ferramentas e materiais publicados da Rede JSB no trabalho territorial.

A secretária executiva da Rede Jubileu Sul Brasil, Rosilene Wansetto, deu uma entrevista para a emissora Telesur e falou sobre a Marcha das Margaridas, que é uma importante mobilização das mulheres trabalhadoras no Brasil. No dia 16 de agosto, cerca de 100 mil mulheres caminharam até o Congresso Nacional. A Marcha das Margaridas é integrada por agricultoras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, marisqueiras, entre outras. Participam, ainda, representantes de movimentos populares de 33 países.

A Rede JSB também participou de outros espaços da mídia falando sobre suas experiências territoriais, conquistas de comunidades apoiadas pela Ação Mulheres e também no processo do Grito dos Excluídos.

A Rede JSB lançou, em novembro de 2023, o média-metragem documentário *Ocupa Mulheres!*. O vídeo retrata a vida, os desafios, conquistas e sonhos das mulheres beneficiadas pela Ação “Mulheres por reparação das dívidas sociais”, que visa, entre outros, fortalecer o protagonismo de lideranças na luta por direito à moradia e acesso à cidade em sete territórios de Belo Horizonte, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

No final de 2023, foi lançada a terceira edição da Revista Ação Mulheres, com matérias, artigos e reportagens que destacam aspectos importantes na luta pela defesa de direitos. A publicação marcou o terceiro ano da ação da Rede Jubileu Sul Brasil e seus parceiros, a 6ª Semana Social Brasileira e Central de Movimentos Populares (CMP), na luta por moradia e reparação das dívidas sociais, a partir da luta das mulheres.



Articulação e mobilização social

A articulação da Rede Jubileu Sul Brasil com entidades da sociedade civil, organizações sociais e populares é uma ação estratégica em vista do fortalecimento político, na defesa dos direitos humanos e na luta contra o sistema da dívida pública que aprofunda as desigualdades sociais e retira direitos básicos, especialmente das mulheres. As articulações são também fundamentais nos processos formativos e ações mobilizadoras, tanto nos âmbitos nacional e internacional, quanto no que diz respeito aos territórios de atuação nos estados.

Destacamos entre as iniciativas realizadas em 2023:

Construção da Pastoral da Moradia e Favela - A Rede JSB integra articulação que atuou para a criação da Pastoral de Moradia e Favela, no âmbito da Ação Mulheres. Neste período, se fortaleceu a construção da Pastoral da Moradia e Favela, que foi lançada oficialmente pela CNBB em setembro de 2023, com a presença do JSB.

Semana Social Brasileira (SSB) - O Jubileu Sul Brasil seguiu atuando na coordenação da Semana Social Brasil e neste período destacamos a construção e participação no Seminário Nacional “O Brasil que Temos”, realizado nos dias 1º, 2 e 3 de março, em Brasília (DF). E tem dedicado esforços junto às pastorais e movimentos de moradia para a criação e consolidação da Pastoral da Moradia e Favela.

Grito dos Excluídos - No ano de 2023, a Rede Jubileu Sul Brasil desempenhou um papel ativo e orgânico na elaboração do 29º Grito dos Excluídos e Excluídas, cujo lema foi “Você tem fome e sede de quê?”, concentrando-se nas discussões sobre o acesso à alimentação, água e justiça social. Todas as comunidades participantes das atividades da Rede JSB se uniram nos eventos locais do movimento, desde as plenárias de construção até as atividades realizadas em todo o Brasil durante a Semana da Pátria e no dia 7 de setembro.

Frente Brasileira contra o Acordo União Europeia-Mercosul e EFTA-Mercosul – Durante o período deste relatório, a Rede JSB seguiu participando ativamente das atividades da Frente, e destacamos a participação do articulador da Rede na Conferência no Parlamento Europeu, que ocorreu em Bruxelas, em julho/2023. O evento fortaleceu a luta por relações justas entre União Europeia e países da América Latina e Caribe, e ocorreu paralelamente à Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos e da União Europeia (UE-Celac).

Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo – Entre as atividades realizadas pela Jornada, destacamos a participação da Rede JSB na reunião da coordenação que aconteceu em Brasília – DF, no mês de março de 2023. A reunião teve como objetivo discutir os modelos de integração, o contexto político das Américas e as estratégias de formação dos povos da região pelos direitos fundamentais.

A Rede segue impulsionando a articulação do Cone Sul para os temas de soberania de água e energia na Argentina, Brasil e Paraguai. Neste período destacamos a participação da articuladora da Rede JSB Sandra Quintela e do articulador Francisco Vladimir na atividade online “**Acordo UE-Mercosul: o Sul sempre perde?**”, que ocorreu em 22 de agosto. O debate discutiu as implicações do Acordo União Europeia- Mercosul para os países do Sul global. A

iniciativa denuncia a falta de transparência flagrante no processo de elaboração e assinatura do Acordo, ao mesmo tempo em que fortalece a mobilização popular articulada entre os países, para impedir que seja ratificado, em outras palavras, que tenha efeito legal vinculativo para as entidades signatárias.

O articulador participou da **Conferência Regional “Dilemas da Humanidade”**, que ocorreu em Santiago, capital do Chile, entre os dias 2 e 4 de setembro de 2023. Representantes de movimentos populares, partidos políticos e sindicatos, além de intelectuais e artistas dos países latinoamericanos e do Caribe, se reuniram na atividade que teve como objetivo ser um espaço para pensar modelos de sociedade sem exploração e opressão dos povos.

Foto: Alderon Costa



Romaria do Grito dos Excluídos em Aparecida (SP)

No âmbito da incidência institucional, destacamos as reuniões realizadas com alguns Ministérios do Governo Federal, em março de 2023:

- Entrega de cartas-ofício no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e no Ministério das Relações Exteriores. Representantes da Rede JSB protocolaram ofício, no último 21 de março, junto aos ministérios da Justiça, dos Direitos Humanos e Cidadania e das Relações Exteriores, no qual denuncia a situação de violência, insegurança alimentar, crise humanitária, intervenção militar, instabilidade político-econômica e institucional que há anos vêm afetando o Haiti. O país sedia a Plataforma Haitiana de Ação por um Desenvolvimento Alternativo (PAPDA), organização membro da Rede Jubileu Sul/Américas (JS/A). O documento aponta a “situação de crise generalizada com depressão econômica, processos inflacionários gravíssimos, com severa crise cambial, aumento do desemprego. Calcula-se 4,9 milhões de habitantes em insegurança alimentar, considerando a população de 11 milhões”.
- Ministério das Mulheres - A comissão da Rede JSB foi recebida pela Diretora de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política, Carla Ramos Munzanzu e pela Assistente Geral Jurídica, Ana Carolina. Durante a conversa, a articuladora

nacional da Rede, Sandra Quintela, falou sobre as experiências vividas pelas participantes da Ação Mulheres. “O perfil da população que se destaca nesses territórios são mulheres, mães solas, pretas e que vivem todo tipo de violência. Que sofrem violações graves e estão submetidas ao machismo, violência policial com filhos/as, principalmente as execuções de jovens negros, além da violência patrimonial, tema ainda muito desconhecido entre essas mulheres. Outra grande e constante violência sofrida é a ameaça de despejo, mesmo durante o período da pandemia”, relatou.



- Ministério dos Povos Indígenas - No Ministério dos Povos Indígenas, o grupo foi recebido por Eunice Kerexu Yxapyry, secretária de Direito Ambiental e Territorial Indígena, e por Marcos Kaingang, Diretor do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos. O centro da pauta foi a luta dos povos indígenas Avá-Guarani, no Oeste do Paraná, que são afetados desde a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Há quase quatro décadas, a população foi removida de seu território originário e vive em condições precárias, sofrendo também com o avanço do agronegócio na região.
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - Grupo foi recebido pelo Assessor Especial de Assuntos Internacionais, Rodrigo Estrela. O centro da pauta também foi a questão do Acordo União Europeia-Mercosul. A Rede JSB expressou preocupação com o avanço das negociações do Acordo, que, se ratificado, trará graves impactos a diversas áreas, desde a questão ambiental até outros desdobramentos no campo dos direitos sociais e das dívidas com a população brasileira que sofre com as desigualdades sociais. Os articuladores da Rede apresentaram o documento “Por que parar o Acordo Mercosul-União Europeia?”.

A economista e membro da coordenação da Rede Jubileu Sul Brasil, Dirlene Marques, e a assessora técnica da Ação Mulheres por Reparação das Dívidas Sociais, psicóloga social e comunicadora popular Polly Policarpo, integraram o grupo presente na atividade “Diálogos pela Democracia: Fortalecendo a luta pelos Direitos Humanos no Congresso Nacional”, em março de 2023, evento realizado por movimentos sociais e organizações da sociedade civil, reunidos em uma ação política de incidência junto a congressistas.

- Seminário sobre Indígenas em contexto urbano - Nos dias 22 e 23 de junho de 2023, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organização membro do Jubileu Sul Brasil, realizou o “Seminário de estudo sobre os Indígenas em Contexto Urbano”, na capital

paulista. Os participantes do evento discutiram sobre a realidade dos indígenas presentes na cidade e também falaram sobre a ação pastoral realizada junto às famílias e comunidades das regiões Sul e Sudeste do país, que compreendem Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Além das políticas públicas, foi tema a questão do racismo ambiental, quando comunidades de minorias étnicas são sistematicamente submetidas a situações de degradação ambiental, sendo condenados a viverem em áreas de risco sem qualquer amparo governamental.

- Encontro com Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos – Na última semana de março, a Rede JSB participou de uma reunião com a Secretaria de Favelas, Cortiços e Ocupações da União dos Movimentos de Moradia (UMM) em conjunto com a Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos. A participação da Rede foi no âmbito da Ação Mulheres, representada pela articuladora Ana Paula Evangelista. Ao longo do encontro, que contou com a participação de 200 pessoas, foram discutidas a Campanha Despejo Zero, a urbanização de favelas, o plano de integração urbana, e a caravana das periferias, entre outras pautas.
- Audiência Pública com Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania - No dia 15 de junho, na Câmara Municipal de São Paulo, que recebeu movimentos sociais para discutir as abordagens policiais nas ocupações da região da capital. Com a organização da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, os representantes dos movimentos tiveram espaço para relatar as agressões sofridas pelas comunidades.
- Participação no lançamento da Frente Parlamentar de Combate às Mudanças Climáticas, no dia 29 de maio de 2023, no auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), numa iniciativa do deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL). A Frente visa garantir a implementação de políticas e mecanismos de adaptação e mitigação climática no estado paulista.
- Organização e participação da missão-denúncia no Litoral Norte de São Paulo que, de 24 a 26 de julho, apurou violações de direitos humanos sofridas pela população vítima da tragédia-crime ocorrida com as fortes chuvas e deslizamentos, em fevereiro de 2023. Foi encaminhado à Prefeitura de São Sebastião um documento com pedidos de providência em caráter de urgência.



CAMPANHAS

Como estratégia de mobilização social e com o objetivo de promover momentos formativos, influenciar a opinião pública, gerar informações seguras e dar visibilidade para o cenário de violência que vitima lideranças populares e políticas que lutam pela garantia dos direitos humanos e direitos da natureza; para denunciar os modelos extrativistas e seus impactos sobre os corpos e territórios; para exigir o reconhecimento da dívida ecológica numa perspectiva decolonial, anti-patriarcal e antirracista; bem como para alertar sobre o impacto destrutivo da acumulação e pagamento da dívida pública ilegal na vida dos povos na América Latina e Caribe, a Rede Jubileu Sul Brasil soma esforços nas campanhas lideradas pela Rede Jubileu Sul/Américas: “Defesa de Defensoras e Defensores dos Direitos humanos e da Natureza” e “Justiça Socioecológica”.

Defesa de defensoras e defensores

Iniciada em 2019, a campanha de solidariedade foi concebida com o propósito de ampliar a mobilização social em apoio aos defensores dos direitos humanos e ambientais em países da América Latina e Caribe. Seus objetivos incluíam coordenar ações diante de denúncias de violações, especialmente no Brasil, Guatemala, Haiti, Honduras e México, além de estabelecer parcerias com outras organizações de direitos humanos para reforçar as iniciativas de defesa.

No Brasil, a campanha concentra seus esforços na busca por justiça no caso de Marielle Franco, vereadora do PSOL assassinada em março de 2018 no Rio de Janeiro, cujos responsáveis ainda não foram identificados e responsabilizados. Por meio de sua presença nas redes sociais digitais, essa ação alcançou 284 mil pessoas em 20 países, conforme indicado no relatório *Apuestas, Caminos y Tejidos Construidos*, que avalia o impacto da Campanha de Defesa de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e da Natureza.

No período deste relatório, destacamos as seguintes ações da Campanha, além da luta permanente por justiça à Berta Cáceres e Marielle Franco:

- Genocídio de indígenas pelo governo Bolsonaro é denunciado à ONU - As práticas de genocídio pelo governo de Jair Bolsonaro contra os indígenas Avá-Guarani, do Oeste do Paraná, foram denunciadas à Organização das Nações Unidas (ONU) em 9 de maio de 2023. O documento com relato das violações foi entregue pelas lideranças Celso Japoty Alves e Vilma Vera Rios, que foram ao Mato Grosso do Sul ao encontro da sub-secretária-geral da ONU e assessora especial para Prevenção do Genocídio das Nações Unidas (ONU), Alice Wairimu Nderitu.
- Ações de solidariedade e luta por justiça à defensoras e defensores: Neste período destacamos as ações impulsionadas na defesa de Ikaró Chavez - diretor da Associação dos Engenheiros da Eletrobras e uma das principais lideranças na luta pela reestatização da Eletrobras; ao deputado Renato Roseno, que sofreu com ataques difamatórios em julho; líderes de comunidades afetados pela tragédia-crime que ocorreu no início do ano no litoral norte de São Paulo; da líder quilombola Maria Bernadete Pacífico, também conhecida como Mãe Bernadete, assassinada na noite de quinta-feira (17), no Quilombo Pitanga dos Palmares, na Bahia.



Justiça Socioecológica

Entre os objetivos, a campanha visa contribuir para os processos de luta e resistência aos modelos extrativistas e seus impactos sobre os corpos e territórios, para o reconhecimento da dívida ecológica numa perspectiva decolonial, anti-patriarcal e antirracista. Também busca fortalecer as vozes e narrativas de resistência, as ações, formas de luta, e propostas alternativas com ênfase nas mulheres, nas comunidades locais, tradicionais e negras.

Campanha *Justiça Socioecológica* – Rede Jubileu Sul Américas.

A Campanha por Justiça Socioecológica segue sendo prioridade no trabalho da Rede Jubileu Sul Américas e neste período tem se destacado pelo fortalecimento das articulações com a luta indígena no Brasil e também no Paraguai, principalmente junto a etnia Avá-Guarani.

- **Proposta de Conciliação com o STF** - As comunidades indígenas Avá-guarani do Oeste do Paraná, afetadas há 40 anos pela construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, avançam mais um passo na luta pelas reparações que reivindicam por meio da Ação Civil Originária (ACO) 3555, de autoria da Procuradoria Geral da República (PGR) e que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). Em março, as comunidades Avá-guarani do Tekoha Guasu Guavira e Tekoha Guasu Ocoy Jakutinga, que entram como parte da ACO 3555 para reparação às violações de Itaipu Binacional contra os indígenas, tiveram sua legitimidade reconhecida no processo pelo STF. Na decisão do ministro Dias Toffoli, relator da ACO, ele reconhece a legitimidade considerando os artigos 231 e 232 da Constituição Federal – o primeiro “institui a indenização pela



restrição do usufruto de terras indígenas” no caso de aproveitamento de recursos hídricos nos territórios originários, e o segundo pontua que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”.

- **Abril Vermelho** - Marcando a luta dos povos indígenas por demarcação de territórios, e também dos sem-terra pelo fim da violência no campo, o Abril Vermelho engajou organizações, universidades e movimentos populares de todo o país. No Oeste do Paraná, a programação teve debates, mesa redonda, audiência pública e lançamento de documentário, entre outras atividades, que contam com apoio do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, membro da Rede JSB.
- **Luta contra o Marco Temporal** – Em 5 de junho, os povos indígenas promoveram mobilizações contra o marco temporal em todo o Brasil. As mobilizações foram convocadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e suas sete organizações regionais com o objetivo de reivindicar a derrubada da tese no Supremo Tribunal Federal, que deve ser julgada no dia 7 de junho. Com o tema “Pela justiça climática, pelo futuro do planeta, pelas vidas indígenas, pela democracia, pelo direito originário/ancestral, pelo fim do genocídio, pelo direito à vida, por demarcação já: Não ao Marco Temporal!”, as manifestações acontecem durante a semana do meio ambiente (5 a 9 de junho) e após um ano do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, no Vale do Javari, segunda maior terra indígena do Brasil.
- **Missão de denúncia e solidariedade aos afetados pelas mudanças climáticas** – A Rede Jubileu Sul Brasil integrou a comitiva de organizações e movimentos que participaram de missão-denúncia que, de 24 a 26 de julho, apurou violações de direitos humanos sofridas pela população vítima da tragédia-crime ocorrida em fevereiro de 2023, no Litoral Norte de São Paulo, e encaminharam à Prefeitura de São Sebastião um documento com pedidos de providência em caráter de urgência. O documento traz ao todo 18 reivindicações de medidas emergenciais, entre as quais a elaboração, pela Prefeitura e Defesa Civil de São Sebastião, de um Plano de Redução de Riscos aos Desastres para as comunidades atingidas e que estão em vulnerabilidade climática; tomada de ações concretas, como obras de contenção de encostas, sistema de alerta contra chuvas e inundações, desassoreamento de rios, proteção das moradias em área de risco; garantia de acesso à água encanada de qualidade e reconstrução ou realização de obras de saneamento; estruturação da Defesa Civil da cidade, com aumento de quadro técnico e realização de concurso em diversas áreas; instalação de Corpo de Bombeiros na Costa Sul do município.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

O Jubileu Sul Brasil conta com parcerias e apoios financeiros, especialmente da cooperação internacional. Em 2023, todas as iniciativas foram apoiadas e co-financiadas pelo Instituto de Relações Exteriores – IFA, Ministério das Relações Exteriores Alemão - Programa de Financiamento Zivik, Catholic Agency for Overseas Development (CAFOD), DKA Áustria - Agência de cooperação de Katholische Jungschar e União Europeia.



Federal Foreign Office



DKA Austria

Hilfswerk der Katholischen Jungschar

CAFOD

Catholic Agency for
Overseas Development



Cofinanciado pela
União Europeia

**RESPONSABILIDADE
E TRANSPARÊNCIA**

Em 2023, a Rede JSB seguiu o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com previsão de finalização no próximo ano de 2024.

Também foi realizada auditoria institucional como parte do compromisso de responsabilidade e transparência.

**ENTIDADES
MEMBRO**

A Rede Jubileu Sul Brasil conta com 26 entidades membro. Conheça um pouco a pluralidade das organizações que integram a nossa rede:

1. Amigos da Terra Brasil

A [Amigos da Terra/Brasil \(NAT/Brasil\)](#) é uma organização da sociedade civil dedicada à proteção do meio ambiente e à promoção do desenvolvimento com sustentabilidade e justiça social, construída em 1964.

Visa uma sociedade de povos interdependentes vivendo com dignidade, totalidade e realização, onde a equidade e os direitos humanos e dos povos são cumpridos. Esta deve ser uma sociedade construída com soberania dos povos e participação, fundada na justiça social, econômica, ambiental e de gênero, livre de todas as formas de dominação e exploração.

2. Associação de Favelas de São José dos Campos

A [Associação de Favelas](#) nasceu de uma necessidade de organização popular em 1988, com o objetivo de levar educação e formação popular e defender os direitos da população invisibilizada.

Ao longo da trajetória da associação, houve diversas parcerias com outros movimentos e pastorais, desenvolvendo mobilizações com o intuito de cobrar ações das autoridades, reivindicando espaços que pertencem à população desde a fundação da cidade, mas que até os dias atuais vive na irregularidade por descaso do Estado.

3. Cáritas Brasileira

A [Cáritas Brasileira](#), fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações membro da Cáritas Internacional. Tem origem na ação mobilizadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A missão da Cáritas é essencialmente buscar caminhos transformadores para a vida dessas pessoas, na perspectiva da garantia da dignidade e da defesa dos direitos humanos.

No Brasil atua como um organismo CNBB e possui uma rede com 187 entidades membro e 12 regionais. É uma das organizações fundadoras da Rede Jubileu Sul e acolheu a nossa secretaria administrativa em suas dependências físicas, entre os anos de 2001 e 2006.

4. Central de Movimentos Populares

A [Central de Movimentos Populares \(CMP\)](#) é uma organização presente em 19 estados brasileiros, que congrega diversos movimentos populares urbanos, como de moradia, saúde, mulheres, negros(as), juventude, economia solidária, defesa dos direitos das crianças e adolescentes e associações de moradores.

A CMP resultou de um processo histórico de resistência dos movimentos populares, em especial das lutas sociais da década de 1980, em defesa da reforma urbana e de um projeto democrático-popular para o país, com o objetivo de articular os movimentos populares urbanos em suas lutas comuns e de caráter geral, como forma de superar a fragmentação existente entre os movimentos populares. Tornou-se uma das organizações fundadoras da Rede Jubileu Sul.

5. Conlutas - Central Sindical e Popular

A [CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular](#) foi fundada no Conclat (Congresso Nacio-

nal da Conlutas), ocorrido na cidade de Santos (SP), em 2010, pautando a sua atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão. Essa luta tem a perspectiva de alcançar as condições e construir uma sociedade socialista, governada pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

6. Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves

O **Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves** foi criado na Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ), com o objetivo de promover formação política-social e atividades culturais, a partir da perspectiva da educação popular.

7. Centro Dandara de Promotoras Legais Populares

Fundado em dezembro de 2001, o **Centro Dandara de Promotoras Legais Populares** é resultado do projeto “Promotoras Legais Populares”, que se instalou na cidade de São José dos Campos no final da década de 1990. O interesse das promotoras legais, em especial das primeiras turmas, foi fundamental para a criação desta instituição que agrega mulheres de diversos segmentos da sociedade.

Em duas décadas de projeto, nos mais de 20 anos de existência institucional, o centro se consolida como “Espaço de Mulher”, com o objetivo de promover os direitos humanos focando as desigualdades decorrentes das relações de gênero, raça/etnia e socioeconômicas, em âmbito nacional, além de promover a defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais, meio ambiente, da (o) consumidora (o), das pessoas com deficiência, habitação popular, urbanismo, saúde e educação.

8. Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)

O **Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)** surgiu em 1960 e visa aprofundar, consolidar, articular e organizar a prática da leitura bíblica feita dentro da realidade e da comunidade, despertando a solidariedade e a cooperação na busca de soluções para os problemas do cotidiano, defendendo e promovendo a vida, através da inserção em comunidades eclesiais, grupos populares e movimentos sociais

9. Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR)

O **Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR)** é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundada em 1974, que atua em defesa da agricultura familiar e da agroecologia no semiárido cearense.

O Esplar existe para apoiar os movimentos sociais na construção de um projeto de desenvolvimento solidário, ecologicamente sustentável e resiliente às mudanças climáticas, com foco na agricultura familiar de base agroecológica, na perspectiva da igualdade de gênero, raça, etnia e geração.

10. 6ª SSB | Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da CNBB

As **Semanas Sociais Brasileiras** são mobilizadas pela Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB). A primeira SSB surgiu em 1991 e todas as edições articulam as forças populares e intelectuais para o debate de questões sociopolíticas, socioeconômicas e socioambientais do país para uma ação sociotransformadora.

A Rede Jubileu Sul é um resultado concreto da 3ª Semana Social Brasileira (1997-1999), que

abordou o tema “Resgate das dívidas sociais: justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática”.

A 6ª edição da SSB (2020 -2023) tem pautado o tema “Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho”, além dos eixos democracia, economia e soberania, com a proposta da construção do projeto popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos Povos”, a partir dos acúmulos das cinco edições anteriores.

11. Comissão Pastoral da Terra

A **Comissão Pastoral da Terra (CPT)** nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia. Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.

A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização.

12. Conselho Indigenista Missionário - Cimi

Criado em 1972, no auge da ditadura militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura, o **Conselho Indigenista Missionário (Cimi)** procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza.

13. Cooperativa de Pescadores Artesanais do Bairro da Prainha de Iguape - Cooperpesca Artesanal

Em 27 de junho de 1998 foi fundada a **Cooperativa de Pescadores Artesanais - Cooperpesca Artesanal** e passa a gerir a Unidade Processadora Artesanal de Pescados, uma empresa sem fins lucrativos composta por 63 cooperados, em sua maioria pescadores artesanais tradicionais, homens e mulheres de comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas Guarani Mbya.

A Cooperpesca Artesanal busca melhorar a comercialização direta do seu pescado com o consumidor final, amenizando o papel do atravessador e trazendo melhorias na geração de renda e qualidade de vida do pescador artesanal e dos povos e comunidades tradicionais.

14. Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

O **Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS)** é uma articulação de entidades, pastorais e movimentos sociais que atuam em rede para gerar consciência crítica e enfrentamento em relação a tudo que causa o aquecimento da Terra e vai tornando mais perigosas as mudanças climáticas, de modo especial para os povos, comunidades e pessoas que as sociedades capitalistas jogam na marginalização e na miséria.

Atua em âmbito nacional e está presente nos biomas e territórios por meio das entidades membros e de outras entidades parceiras, promovendo a convivência com cada bioma e ecossistema.

15. Frente por uma Nova Política Energética

A **Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil (FNPE)**, lançada em maio de 2013 no Seminário Nacional sobre a Política Energética, é uma articulação nacional que reúne de forma livre e espontânea um conjunto de organizações da sociedade civil.

A missão é contribuir para a viabilização de uma nova política para o setor energético que responda adequadamente aos desafios do século 21 e seja baseada na participação popular, justiça socioambiental com respeito aos direitos humanos, da natureza e à diversidade cultural, eficiência energética, diversificação da matriz energética e autonomia energética das pessoas e comunidades, na perspectiva do bem viver.

16. Grito dos/as Excluídos/as Nacional

A proposta do **Grito dos Excluídos e Excluídas** surgiu em 1994, a partir do processo da 2ª Semana Social Brasileira, da CNBB. Mais do que uma articulação, o Grito é um processo, é uma manifestação popular que integra pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos e excluídas. A proposta não só questiona os padrões de independência do povo brasileiro, mas ajuda na reflexão para um Brasil cada vez melhor e mais justo para todos os cidadãos e cidadãs, é um espaço aberto para denúncias sobre as mais variadas formas de exclusão.

17. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul

O **Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)** é uma organização da sociedade civil, fundada em 1986 por economistas latino-americanos que voltavam do exílio, após mais de uma década de ditaduras empresariais-militares. É uma instituição que há mais de 30 anos soma na luta anticapitalista, com uma importante identidade latino-americana, tornando-se pioneira e árdua defensora na luta pela integração dos povos.

O PACS trabalhou e trabalha com o intuito de colaborar na construção de um mundo de justiça social, ambiental e política, onde trabalhadoras e trabalhadores, indivíduos e coletividades, livres das amarras das opressões, sejam capazes de enfrentar e superar as ameaças socioeconômicas e ambientais

18. Movimento de Conselhos Populares do Ceará (MCP)

O Movimento de Conselhos Populares do Ceará (MCP) começou entre 2004/2005, com participação ativa de estudantes e da população periférica. Ao longo de sua trajetória, o MCP se mobilizou para atender a diversas demandas da população, entre elas, oferecimento de cursos profissionalizantes, luta por moradia, fome zero e vida digna a todos. O MCP tem o intuito de apoiar a formação de grupos de produção que gerem renda, fortalecer a luta pelo trabalho, saúde, saneamento básico, igualdade de gênero, priorizando a vida acima de tudo, em todos os aspectos.

19. Núcleo Jubileu Sul Brasil em Salvador, Manaus e Brasília

Nestas três cidades temos um núcleo, ou um comitê local, que desenvolve uma série de atividades locais, apoiando especialmente a Ação “Mulheres por reparação das dívidas sociais”, iniciativa em parceria com a Semana Social Brasileira e Central de Movimentos Populares.

20. OLMA - Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida

O **OLMA**, foi criado pela Província dos Jesuítas do Brasil e embalados pelo paradigma da

Ecologia Integral, a partir da *Encíclica Laudato Sí*, atuam especialmente em três esferas: ação humana; compromisso social, na luta por políticas de garantia dos direitos sociais básicos; cuidado ambiental, na luta pela preservação da vida em toda a sua diversidade para o futuro do planeta Terra e direito às condições de vida das gerações futuras. O observatório se propõe a desenvolver ações de documentação, sistematização, reflexão, formação e articulação.

Aproveitamos este documento para fazer uma homenagem a dois grandes colaboradores, padre Thierry Linard, in memoriam, e padre Bernard Lestienne.

21. Pastoral Operária Nacional

A **Pastoral Operária Nacional (PO)** é uma pastoral social a serviço da classe trabalhadora urbana, organizada, composta e dirigida pelos trabalhadores/as. Faz parte das Pastorais Sociais da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB.

Atua como presença da Igreja junto à classe trabalhadora, no compromisso de agir com o povo e não para o povo, com o objetivo de resgatar a cidadania plena e o protagonismo dos/as empregados/as formais, informais e desempregados/as, na construção da sociedade justa e solidária, tendo como chave a questão do trabalho, dentro dos desafios principais.

22. Rede Emancipa

Movimento social de educação popular, a **Rede Emancipa** surgiu em 2007 com o propósito de oferecer cursinhos pré-universitários gratuitos para jovens de escolas públicas.

O projeto, que teve início com um pré-universitário em Itapevi/SP, hoje tem atuação em mais de 20 cidades distribuídas em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.

A rede Emancipa/RS está em processo de aproximação para membresia.

23. Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos

A **Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos** é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracismo, fundada em 1991. É integrada por organizações não-governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres, feministas e profissionais da saúde.

Desde a sua criação, a metodologia de trabalho da Rede Feminista vem envolvendo ações e incidência política junto às diferentes instâncias públicas do país visando garantir o acesso e assistência à saúde integral das mulheres e assegurar os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos das mulheres.

24. Serviço Franciscano de Solidariedade

A **Ação Social Franciscana (SEFRAS)** é uma organização humanitária que luta todos os dias no combate à fome, à violações de direitos e pela inserção econômica e social de populações extremamente vulneráveis (população em situação de rua, imigrantes e refugiados, crianças e adolescentes pobres, idosos sozinhos e pessoas acometidas pela hanseníase).

O SEFRAS atua pelo Brasil atendendo mais de 4 mil pessoas todos os dias. São serviços diários que promovem alimentação saudável, cuidados pessoais, apoio social e jurídico para

população em situação de rua, acolhimento e inclusão social de imigrantes, cuidados na primeira infância, fortalecimento familiar, convivência e proteção de idosos, além de ações de defesa dos direitos e melhoria de políticas públicas voltadas a esses grupos.

25. Serviço Pastoral dos Migrantes

Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) foi criado em 1986 e é um organismo vinculado ao Setor Pastoral Social da CNBB. O SPM atua junto aos migrantes em ações com segmentos sociais, promovendo ações de inclusão social, denunciando violações dos direitos dos migrantes e trabalhando para a construção de um país mais igualitário para todos. Além disso, também busca abrir espaços para expressões religiosas e culturais, promovendo a acolhida, o intercâmbio entre origem e destino dos migrantes, com visitas pastorais e missões populares.

26. União Social dos Imigrantes Haitianos - USIH

A **União Social dos Imigrantes Haitianos - USIH** surgiu a partir da iniciativa de um grupo de haitianas e haitianos que sentiu a necessidade de se auto-organizar para enfrentar a realidade de preconceito e discriminação que seus compatriotas têm encontrado ao chegar ao Brasil.

A USIH começou a ser gestada a partir de reuniões e encontros iniciados em setembro de 2014, sendo oficialmente fundada em 1º de fevereiro de 2015, na cidade de São Paulo (SP). É uma das primeiras entidades auto-organizadas de haitianos no Brasil e sua experiência na área advém do acúmulo de lutas e resistências concretas de seus membros fundadores sofridas na pele, antes mesmo de sua fundação, que ocorreram para enfrentar a realidade de violações de direitos humanos sofridos pelos imigrantes haitianos em São Paulo.

PERSPECTIVAS DO CAMINHO

A Rede Jubileu Sul Brasil está engajada na mobilização para participação das organizações e movimentos populares na Cúpula de Líderes do G20, que ocorre nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, reunindo no Rio de Janeiro chefes de Estado e países membro do grupo das 20 entre as maiores economias do mundo. Em novembro também acontece a “Cúpula dos Povos frente ao G20”, para participação da sociedade civil nas discussões e formulações de políticas relacionadas ao G20, num evento organizado de forma autônoma por um coletivo de organizações e movimentos sociais. As entidades também visam fazer parte do processo para a COP 30 no Brasil, em 2025, em Belém (PA).

Seguir promovendo debates sobre o impacto do endividamento público na vida das mulheres nos territórios, formando as próprias mulheres para disseminar esse conhecimento como forma de organização e garantia do protagonismo nas comunidades e territórios. Preservar a relação e a articulação direta com os territórios, consolidando o trabalho e aumentando o envolvimento local.

Continuar construindo ações planejadas e coletivas, com unidade, buscando parcerias com organizações populares e movimentos sociais, coletivos, plataformas e coalizões para seguir no enfrentamento de ações que defendem a vida, por reparações.

EXPEDIENTE

Produção:

Rede Jubileu Sul Brasil

Contribuições:

Rosilene Wansetto - Secretária executiva

Sandra Quintela - Articuladora nacional

Francisco Vladimir - Articulador para o Cone Sul

Lucimeire Araújo - Assistente administrativa

Raíssa Lazarini - Assistente de projetos

Flaviana Serafim - Coordenação de comunicação

Projeto Gráfico:

Hugo Leo Lourenço

Contato:

E-mail: secretaria@jubileusul.org.br

Site:

www.jubileusul.org.br

Ano:

2023



[jubileusul](#)



[redejubileusul](#)



[JubileuSul](#)



[Jubileu Sul Brasil JS/BR](#)



[Jubileu Sul Brasil](#)

